

Sempre ouvimos de comerciantes locais devidamente legalizados, questionamentos pertinentes quanto a situação de empreender em Caeté e mesmo no Brasil. A impressão que se tem que a economia informal e todos que operam e vivem dela é que estão corretos. Seria certo dizer assim? Ao passo que as empresas registradas como micro empresas, empresas de pequeno porte e outras, recolhem seus impostos, pagam funcionários e recolhem seus encargos sócias, gerando assim emprego e renda ao município, não estão protegidas ou amparadas em lei.

É público e notório o número de vendedores espalhados pelo município afora, com barracas, carros, caminhões, expondo em locais públicos como ruas e praças sem qualquer tipo de fiscalização.

Enquanto isso, o TJMG e outros dispositivos e lei a mais, protegem esses, dizendo que a concorrência tem que ser livre. Mas a concorrência é livre quando aquele que paga impostos, alvarás e taxas, concorre diretamente com quem não paga qualquer tributo ao erário público, não gera renda nem benefício ao município, ao estado e mesmo a união?

A concorrência é livre e leal quando há leis que criaram o MEI (microempreendedor individual) com um faturamento limitado a R\$ 81.000,00 por ano, dá baixa em uma empresa, muitas vezes que fature muito mais que isso e passa a faturar sobre a modalidade do MEI?

Muitas vezes o micro empresário estabelece com inscrição no MEI com um faturamento muito maior do que o empresário estabelecido e funciona faturando a vontade sem qualquer tipo de fiscalização estadual ou federal.

Apoio ao comércio e ao empresário local é de extrema importância para que a cidade tenha uma arrecadação que atenda ainda, que com dificuldades as necessidades dos caeteenses, gere emprego e renda a comunidade para que a população sobreviva e consiga levar a seus lares o alimento necessário bem como suprimentos que garantam sua dignidade humana.

É questão de consciência, que nossos representantes nos poderes executivo, legislativo e judiciário olhem para todos brasileiros como seres humanos e não como meros votantes e eleitores, mantenedores desse sistema desigual, errôneo e alienante.



105 milhões devem ir às compras para o Dia dos Pais

A lenta recuperação do atual cenário econômico no país não parece ter desanimado os filhos brasileiros. Muito pelo contrário: de acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) nas 27 capitais brasileiras, 67% dos consumidores pretendem ir às compras por conta do Dia dos Pais. A taxa representa um aumento de seis pontos percentuais em relação a 2018. Na prática, isso significa que aproximadamente 105 milhões de pessoas devem comprar presentes para entregar a seus entes queridos no segundo domingo de agosto.

Para a alegria do varejo, o valor que os entrevistados pretendem dispendir com os "mimos" também subiu: em média, pretende-se gastar R\$ 189,98, R\$ 41 a mais do que em 2018 – gerando no comércio um movimento de cerca de R\$ 20 bilhões. Os dados indicam uma maior popularização daquela que é considerada por muitos, por não injetar no mercado cifras tão expressivas quanto o Dia das Mães, o Dia dos Namorados e o Natal, o "patinho feio" das datas comemorativas.



Associação
Comercial,
Industrial
e Agropecuária

Câmara de Dirigentes
Lojistas de Caeté

Liberação do FGTS deve movimentar a economia, acredita setor varejista

A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), principal entidade representativa do setor varejista, vem a público manifestar apoio à decisão do Governo Federal de liberar aos trabalhadores os saques de contas ativas e inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A entidade acredita que a medida vai ao encontro das expectativas dos varejistas, que esperam ações que contribuam para a dinamização da economia.

A CNDL entende que a injeção de recursos vai ajudar a aquecer os setores do comércio e serviço que, juntos, representam mais de 73% do PIB do país, empregam 72 milhões de pessoas e movimentam cerca de R\$ 4,1 trilhões por ano.

Além do estímulo ao consumo, a liberação do FGTS vai auxiliar o cidadão brasileiro a quitar suas dívidas, reduzir a inadimplência e recuperar o crédito, condições que, juntamente com as reformas em tramitação no Congresso Nacional, são fundamentais para a retomada do crescimento da economia.

Em abril, o Indicador de Uso do Crédito, apurado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), mostrou que 17% dos consumidores brasileiros tiveram crédito negado ao tentarem fazer uma compra a prazo. O levantamento aponta que a principal razão para a negativa é o fato de estarem com o nome inserido em cadastros de inadimplentes (27%). O estudo é realizado bimestralmente e, neste caso, tem o mês de abril como referência.

Para o presidente da CNDL, José César da Costa, o acesso aos recursos do fundo pode beneficiar o brasileiro que mais necessita. "Os saques devem atender às necessidades de quem mais sofre neste momento, os cidadãos das classes C, D e E, que estão há muito tempo sem liquidez".

A CNDL segue confiante nos rumos traçados pela equipe econômica do governo, assim como na atuação do parlamento que, certamente, seguirá implementando melhorias na legislação para garantir um Estado mais justo, moderno, ágil e próspero.

Sobre a CNDL

Criada em 1960, a CNDL é formada por Federações de Câmaras de Dirigentes Lojistas nos estados (FCDLs), Câmaras de Dirigentes Lojistas nos municípios (CDLs), SPC Brasil e CDL Jovem, entidades que, em conjunto, compõem o Sistema CNDL. É a principal rede representativa do varejo no país e tem como missão a defesa e o fortalecimento da livre iniciativa. Atua institucionalmente em nome de 500 mil empresas, que juntas representam mais de 5% do PIB brasileiro, geram 4,6 milhões de empregos e movimentam R\$ 340 bilhões por ano.



ACIAC - CDL

(31) 3651-1069 - (31) 98576-0474

facebook.com/aciaccdlcaete

www.aciaccdl.com.br

aciaccdl@yahoo.com.br